

Estudo Técnico Preliminar 12/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08280.010577/2023-37

2. Descrição da necessidade

O presente documento apresenta os Estudos Preliminares realizados pela Equipe de Planejamento da SR/PF/DF, visando assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida com todas as etapas em consonância com o art. 9º da IN SEGES 58/2022.

O objeto deste estudo é de viabilizar a contratação necessária de serviço de engenharia em regime de empreitada por preço global para elaboração dos projetos básicos e executivos, visando a adequação e adaptação de instalações da Superintendência de Polícia Federal do Distrito Federal (SR/PF/DF), executados na plataforma BIM (Building Information Modelling), que deverão prever a inclusão da mão de obra, equipamentos, materiais e demais insumos necessários, conforme condições e especificações constantes no termo de referência e seus anexos.

A fim de dar cumprimento aos seus objetivos institucionais, a SR/PF/DF busca promover constantemente melhoria em suas instalações administrativas e operacionais, onde são realizadas diversas atividades de polícia administrativa e judiciária, dotando-as de condições ideais de funcionamento, com segurança, conforto e funcionalidade.

Nesse contexto, as instalações de 04 (quatro) depósitos, sendo 03 (três) localizados na garagem coberta e 01 (um) em área externa anexa ao prédio, todos na SR/PF/DF, compreendendo estrutura civil, elétrica, hidráulica e de exaustão e climatização estão obsoletas. Nestes locais, doravante denominados depósito de drogas, depositam-se materiais e bens apreendidos de diversas operações e também outros provisórios. Ainda, são armazenados milhares de materiais apreendidos, desde entorpecentes até sensíveis dispositivos computacionais. Atualmente, os depósitos não possuem sistema de exaustão forçada, apresentam iluminação e pontos elétricos e lógicos insuficientes, além dos armários não serem adequados para armazenamento da maioria dos materiais. Por fim, as paredes externas dos depósitos são de divisória naval, suas portas de madeira e não possuem câmeras de vigilância.

Alinhado a isso, no intuito de promover economia de escala, aproveita-se a necessidade de contratação das intervenções supra, para também promover:

readequação do alambrado do pátio de veículos do UTRAN desta Superintendência, que se encontra em péssimas condições de uso, dotando-o de condições ideais de funcionamento, com segurança, conforto e funcionalidade;

adequação dos limites do pátio de veículos apreendidos desta Superintendência, que igualmente apresenta pontos com deficiência na capacidade de proteção e resguardo dos bens sob custódia, sendo que, inclusive, em vários pontos inexitem quaisquer tipos de barreiras físicas para tal proteção;

readequação do piso da garagem/estacionamento do subsolo, incluindo-se o depósito da empresa de limpeza, que se encontram em péssimas condições de uso, dotando-os de condições ideais de funcionamento, com segurança, conforto e funcionalidade;

execução de passarela de pedestres para acesso às instalações da DRE/DRPJ/SR/PF/DF, que atualmente encontra-se destacada das demais instalações cobertas da SR/PF/DF;

readequação das instalações do Plantão e Delegacia de Dia, compreendendo estrutura civil, elétrica, hidráulica e de climatização estão obsoletas, com desgastes físicos de estrutura e equipamentos, desgastadas e em condições precárias de uso, necessitando adequações de layout, a fim de otimização de sua funcionalidade.

É premente, portanto, a adoção de medidas de melhoria dos referidos espaços, onde são realizadas atividades e/ou atendimentos de ocorrências relacionadas às atividades de polícia administrativa e judiciária, incluindo-se a custódia de pessoas presas e materiais apreendidos, permitindo-se sua utilização em condições ideais de funcionamento, com instalações e recursos funcionais, modernos e seguros.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELESP/DREX/SR/PF/DF	JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR
NUCART/DRPJ/SR/PF/DF	JAIR INÁCIO MENDES JÚNIOR
GTED/SELOG/SR/PF/DF	THIAGO SANTOS DA CUNHA
SELOG/SR/PF/DF	LUIZ DANNIEL DIOGO DA SILVA
DRE/DRPJ/SR/PF/DF	MÁRCIO MESSIAS VIEIRA LIMA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência, neste incluídos memoriais descritivos, projetos e demais documentos correlatos.

Trata-se de serviço comum de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Todos os serviços, que serão objeto do Termo de Referência em anexo (doc. 31217782), serão executados sob responsabilidade direta e exclusiva da CONTRATADA, resguardada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada atividade.

A CONTRATADA deverá executar todos os serviços de acordo com o Termo de Referência, Edital e seus Anexos e em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas.

Todo e qualquer serviço terá que ser executado por profissionais habilitados para os fins específicos.

Caberá a CONTRATADA o pagamento de todos os encargos sociais, trabalhistas, patronais, taxas, impostos, emolumentos, licenças, alvarás, certidões, placas e tudo o mais que se fizer necessário para o bom desempenho do serviço.

Os materiais empregados deverão ser os especificados conforme descrição no Termo de Referência e nas Normas Técnicas da ABNT com qualidade comprovada e material de primeiro uso; reservado à Fiscalização o direito de recusar os que julgarem de má qualidade.

Os serviços são caracterizados como de natureza não continuada.

As visitas às instalações da Polícia Federal para levantamentos, medições ou quaisquer outras atividades deverão ser agendadas com a equipe de fiscalização com a prévia informação de datas, horários, tempo de permanência no local e demais informações pertinentes. Poderá a equipe de fiscalização recusar as visitas solicitadas a serem realizadas em datas e horários que, em virtude do funcionamento e segurança das unidades, sejam inconvenientes; devendo-se buscar melhor opção de momento em comum acordo entre as partes.

O prazo de execução dos serviços será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

No caso de uma empresa ser contratada para execução dos projetos de mais de uma instalação, poderá o prazo de execução ser ajustado mediante solicitação de aditivo de prazo pela contratada na medida de 10 (dez) dias úteis a mais para cada local acima de 01 (um).

A empresa deverá possuir e empregar tantos equipamentos de medição das características da edificação quanto necessários para o perfeito levantamento dos dados necessárias e parâmetros de projetos, tais como aparelhos de medição de tensão, corrente e consumo, trenas etc.

A empresa deverá ter conhecimento e domínio dos documentos que integram a contratação (projetos, memoriais descritivos, Termo de Referência, Edital e Contrato) e/ou dirimir suas dúvidas acerca da execução dos trabalhos e do contrato, e/ou eventuais incompatibilidades entre os documentos que compõe a contratação, anteriormente ao início dos serviços, não sendo aceita a alegação de necessidade de ajustes no contrato, nas técnicas construtivas ou em quaisquer outros pontos de ordem técnica como justificativa para atrasos, paralisações ou prorrogações de prazo.

5. Levantamento de Mercado

Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, dado que as atividades que se buscam contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

Ainda que assim não fosse, a realização de concurso para provimento de servidores foge à alçada da unidade e seria, de todo modo, antieconômica e ineficiente pois desviaria servidores de suas atribuições originais. Pelo exposto, justifica-se a contratação como a solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

Os serviços foram orçados conforme metodologia de estimativa de preço de projetos utilizada pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pela DEA (Divisão de Engenharia e Arquitetura), e com as composições retiradas do SINAPI, mês de referência julho de 2023.

6. Descrição da solução como um todo

O presente estudo, como já informado, refere-se à contratação necessária de serviço de engenharia em regime de empreitada por preço global para elaboração dos projetos básicos e executivos, visando a adequação de instalações da Superintendência de Polícia Federal do Distrito Federal (SR/PF/DF), que deverão prever a inclusão da mão de obra, equipamentos e materiais necessários, conforme condições e especificações constantes no termo de referência e seus anexos.

A descrição detalhada da solução está prevista no CEET [Anexo II - Caderno e enc. e espec. técnicas (doc. 31218238)].

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os serviços encontram-se descritos no Termo de Referência e seus anexos, e quantificados no Anexo III – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços (doc. 31218644). Sendo a memória de cálculo apresentada juntamente com os demais documentos complementares da contratação..

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 600,00

O valor estimado que a Administração se propõe a pagar foi resultado de estudos, com base em metodologia utilizada pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pela DEA (DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA), perfazendo o montante de R\$ 34.631,15 (trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e um reais e quinze centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Abaixo segue algumas justificativas para o parcelamento do objeto em lotes (solução), destacando-se:

É lícito o agrupamento de itens a serem contratados por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si (Acórdão TCU nº 5.260/2011 – 1ª Câmara).

É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Acórdão TCU nº 5.301/2013 – 2ª Câmara);

É favorável o agrupamento em lotes com itens de mesmas características, para fins de licitação, como forma de conferir maior competitividade ao certame (Decisão TCU nº 393/1994 – Plenário e Acórdão TCU nº 808/2003 – Plenário);

O elevado número de procedimentos para seleção poderia tornar bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração”. Dessa forma, para o caso concreto, a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica. (Acórdão TCU nº 5.310/2013 – Segunda Câmara);

Ainda, o entendimento dos Tribunais de Contas tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, e que “a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto” (Acórdão TCU nº 732/2008);

Segundo Carvalho Carneiro acerca do conceito de viabilidade técnica e econômica, o mesmo informa que “a viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, onde em risco a satisfação do interesse público em questão”.

O Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina que: *“Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido”.*

Leciona, ainda, o Professor Jacoby que *“a unicidade do objeto pode ser a sistemática mais adequada, pois mão de obra, materiais e equipamentos se licitados no processo tradicional, podem acarretar um possível descompasso entre os processos licitatórios, acarretando a solução de continuidade dos serviços e aumento do custo da gestão de diversos contratos, trazendo prejuízos à Administração e aos usuários”.* Além disso, *“pela modalidade de solução integrada todos os investimentos são custeados pela empresa CONTRATADA, numa espécie de parceria público-privada na qual o investidor abarca o caráter empreendedor para prestar os serviços, liberando os servidores para o exercício das suas atividades fins”.*

Por fim, o ilustre mestre ainda discorre no mesmo Parecer mais algumas vantagens, tais como: a redução dos custos administrativos com várias licitações e dos custos gerenciais de vários contratos, maior possibilidade de negociação de preços com o pacote serviços + equipamentos, com a diminuição do valor estimado da licitação e taxa de administração, a eficiência dos equipamentos; a garantia da padronização dos serviços e o gerenciamento da logística de forma centralizada.

Não se deve confundir objeto do contrato com o objetivo final da contratante. Os dois possuem lugares diferentes na linha do tempo. O primeiro diz respeito a uma solução pontual dentro de um universo de providências a serem tomadas para alcançar o segundo.

O parcelamento do objeto, dentro de uma mesma localidade, é tecnicamente inviável e financeiramente desfavorável para este objeto de contratação, por natureza das especificações dos nobreaks. Há grande perigo de descontinuidade e quebra de prazos, o que implicaria em prejuízo para a administração visto que criaria uma cascata de efeitos que impactaria todas as obras previstas em PLANOB.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações interdependentes.

Objeto similar foi contratado pela Polícia Federal e é objeto do Processo SEI nº 08385.004023/2021-61.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com as diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2022/2023 da Polícia Federal, aprovado pela Resolução nº 06-CGPF/PF, de 10 de outubro de 2022.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atender item contido no PLANOB 2023/2024.

O objetivo central dessas ações e programas são a melhoria do clima organizacional e das condições para viabilidade de cumprimento dos objetivos institucionais da Polícia Federal, além da otimização no atendimento ao público usuário.

Atualizar as edificações para que contemplem as diretrizes de segurança orgânica da PF e modernizar as instalações com novas tecnologias, promovendo a continuidade do funcionamento da polícia, mesmo com a interrupção de energia elétrica, indo ao encontro das diretrizes do Plano Estratégico da Polícia Federal.

13. Providências a serem Adotadas

A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização/gestão contratual;
- Capacitação dos fiscais/gestores a respeito do tema objeto da contratação;
- Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os projetos básico e executivos, a serem contratados, deverão prever:

- A correta destinação dos materiais e equipamentos que vierem a ser substituídos;
- Os equipamentos a serem fornecidos pela empresa contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e energia, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo órgão;

- Visando a redução de qualquer impacto ambiental, deve ser priorizada a utilização de materiais reciclados, reutilizados, atóxicos e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, conforme preconiza a IN MPOG 01/2010 e o GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS, Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS, DECOR/CGU/AGU. 2022 5ª edição, revista, atualizada. ampliada.

O Termo de Referência deverá prever que a futura contratada adote, no que couber, as disposições de regramento pertinentes ao tema, respeitando o funcionamento adequado, utilização de insumos de origem comprovada e descarte dos resíduos oriundos dos serviços de maneira adequada, conforme os ditames sanitários e ambientais previstos em lei e normas correlatas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Assim, diante do exposto acima, entende-se por VIÁVEL a contratação da solução demandada. Em cumprimento ao disposto da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, emitida pela Secretaria Especial de Desburocratização do Ministério da Economia, o presente documento segue assinado pelos Integrantes Requisitante, Administrativo e Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THIAGO SANTOS DA CUNHA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/09/2023 às 12:07:21.